

A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837)
de Paulo César Souza, São Paulo, Brasiliense, 1987, 252 p.

por Walter Guimarães Soares¹

Uma questão que se coloca à historiografia brasileira diz respeito à conformação geográfica do que hoje constitui o Brasil e a própria construção social da sua identidade nacional. A conquista do espaço geográfico é ela própria histórica; vincula-se à conquista da unidade política. E isso importa na medida em que, no Brasil, apesar das ameaças, observa-se a vitória das forças centralistas em detrimento das regionalistas. Situação inversa ocorreu nas possessões espanholas da América, onde os processos de independência culminaram com a formação de diversos Estados nacionais.

Quais os condicionamentos históricos que inviabilizaram a desagregação/fragmentação da ex-colônia portuguesa? Ou, no sentido inverso, que desdobramentos possibilitaram a unificação de uma formação social econômica e culturalmente multifacetada? Estas são perguntas que ainda carecem de respostas. Registre-se, no entanto, que com o advento da independência, a sociedade brasileira enfrentou problemas semelhantes àqueles experimentados pelos demais países latinos, como o confronto entre regiões e questões como o federalismo, o liberalismo e a república.

Movimentos separatistas como a Balaiada no Maranhão, e a Cabanagem, no Pará, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Sabinada na Bahia, colocaram em xeque a unidade política da ex-colônia portuguesa. Mesmo sem alcançar sucesso, eles fizeram emergir a insatisfação de grupos sociais pouco ou nada beneficiados com o processo de independência. É também notória a influência do ideário iluminista nesses movimentos, inscrevendo-se num espectro mais amplo, especialmente vinculado às influências liberais ditadas pelas revoluções francesa e americana.

A Bahia se constituiu num importante palco de movimentos separatistas. Fundados no ideário liberal, eles surgiram ainda no século

Aluno do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
universidade Federal da Bahia.

Caderno CRH n. 14, p.119-121, Jan./Jul., 1991.

XVIII com a tentativa dos Alfaiates; permearam rebeliões da plebe urbana durante e após a luta pela independência e pareceram culminar, em 1837, com a revolta dos Sabinos. Esta revolta é estudada pelo historiador e ensaísta Paulo César Souza, na obra *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837)*, resultado da sua dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Bahia.

Num cálculo pessimista, estima-se em 5.000 o contingente de revoltosos liderados pelo médico mulato Francisco Sabino Vieira

Os revoltosos - oficiais militares, profissionais liberais, empregados públicos, pequenos comerciantes e artesãos, além de indivíduos oriundos das camadas mais pobres da população e, portanto, mais vulneráveis aos efeitos da miséria econômica que assolou a Província da Bahia nas décadas de 1820 e 30 - tomaram a cidade de Salvador e declararam a Bahia independente. Essa ocupação durou cerca de quatro meses (novembro de 1837 a março de 1838), tempo em que a reação se organizou no Recôncavo com o apoio dos senhores de engenho. A cidade foi sitiada, e isso provocou uma emigração em massa, devido à escassez de alimentos. Por fim, as forças da reação (exército e milícias) avançaram e reconquistaram a cidade, provocando destruição e morte.

O movimento dos Sabinos foi, numa frase síntese de Paulo César Souza, "caótico nas ações e contraditório nas intenções" (p. 168). Com efeito, apesar de para ele convergirem as diversas tendências federalistas, mostrou-se incoerente desde o início, na medida em que, quatro dias após a declaração de independência (11 de novembro), condicionou essa autonomia à maioria do imperador D. Pedro II. Por outro lado, enquanto as forças da reação se organizaram com agilidade e competência, o movimento rebelde se mostrou apático e indeciso, daí ser na época qualificado de "papelífero e desordenado" (p. 68). Acrescente-se, por fim, a não ruptura com o horizonte ideológico escravista.

A obra comentada, embora não sendo exaustiva, é abrangente. O Autor, munido de novos documentos, como processos criminais, jornais, atas e decretos dos revolucionários, propõe-se a "relatar o que aconteceu", reconstituindo os movimentos dos revoltosos e da reação, apresentando uma biografia dos líderes de ambos os lados e as medidas de repressão adotadas após a derrocada da rebelião. Não é, contudo, um simples relato factual-cronológico, posto que sempre entremeado de sugestivas e argutas apreciações interpretativas, as quais adquirem melhor contorno nos dois capítulos finais, onde se discute, de forma ora profunda ora ligeira, a inserção da revolta no cenário político e econômico da Bahia, as suas bases sociais e o seu ideário.

A análise escapa ao esquematismo simples. O Autor interpreta a revolta atentando para a complexidade da realidade social da Bahia do século XIX. Salvador, capital da Província e palco dos acontecimentos, era não somente marcada pela desigualdade social na distribuição da riqueza, como também apresentava significativas diferencia-

ções quanto a cor, estatuto legal e categorias sócio-ocupacionais. Era perpassada ainda por questões étnico-nacionais (crioulos x africanos, portugueses x brasileiros). Acrescente-se a isso uma conjuntura de profunda crise econômica, que contribui para a eclosão de revoltas ao longo de duas décadas. Tampouco escapa ao Autor a questão estrutural, mais estável e subjacente a essas pulsações de curta duração. Referimo-nos ao modelo agro-exportador escravista, mantido após a independência

As vezes irreverente, como no evidenciar de um possível homossexualismo de Sabino; outras pedagógico, estabelecendo elos de ligação entre o passado e o presente; mas sempre fundamentado em fontes originais, Paulo César premia o leitor com uma narrativa simples, livre do eruditismo muitas vezes estéril.

Como reconhece o próprio Autor, o trabalho apresenta lacunas importantes e algumas das teses defendidas carecem de melhor fundamentação empírica. São discutidas, mas não esgotadas, questões como a atitude dos Sabinos frente à Corte, melhor dizendo, ao Imperador e mesmo frente à escravidão; ou a relação da Sabinada com outros movimentos separatistas brasileiros e a influência iluminista. O entrave ao avanço liberal parece vinculado a dois aspectos: primeiro, à própria escravidão, profundamente fincada no seio da sociedade baiana; segundo, à mística do rei como "fonte de justiça". Essa última questão, nova e interessantíssima, é por si só merecedora de um estudo mais sistemático.